

## **IAOD do Deputado Zheng Anting em 21.03.2016**

Sr. Presidente,  
Caros colegas:  
Boa tarde!

Hong Kong e Macau foram pela primeira vez incluídas no 11.º Plano Quinquenal. No 12.º Plano quinquenal tinham sido criados capítulos exclusivos para Hong Kong e Macau, nos quais se clarificou que iam ser prestados apoios a Macau para a sua transformação num centro mundial de turismo e de lazer e para acelerar o estabelecimento de uma plataforma económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. No 13.º Plano Quinquenal que foi aprovado pelo Governo Central, clarificou-se que este ia apoiar Macau na sua transformação em centro mundial de turismo e de lazer, na criação duma plataforma de prestação de serviços na área da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa e para o desenvolvimento dos sectores das convenções e exposição, entre outros, com vista à diversificação económica e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, neste ultimo plano, no mesmo capítulo, frisa-se que vai ser aprofundada a cooperação entre o Interior da China e Macau e Hong Kong, prestado apoio para acelerar a construção das plataformas de cooperação em Nam Sha, Qianhai, Hengqin, Macau e Hong Kong, entre outras, e concedido apoio a Macau e Hong Kong para desenvolverem o seu papel importante no âmbito da cooperação regional no Delta Rio das Pérolas, bem como se aborda ainda a promoção da criação de uma grande baía formada pela província de Guangdong e pelas cidades de Hong Kong e Macau, com vista a criar ainda mais espaços para a cooperação entre Macau e o Interior da China.

Há dias foi divulgado o documento intitulado “Directivas para o Aprofundamento da Cooperação da Região do Delta do Rio das Pérolas” (designado por Directivas). Trata-se de um documento sobre o apoio ao desenvolvimento turístico e económico de Macau, proporcionando um conjunto mais aperfeiçoado de medidas e de objectivos para diferentes áreas de cooperação regional - transportes, infra-estruturas, energia, informação e protecção ambiental. Nesse documento propõe-se a integração das novas zonas situadas em Hengqin e em Cuiheng de Zhongshan e da nova zona económica da Baía Daguang de Jiangmen, com vista à sua transformação numa importante plataforma de cooperação regional a nível nacional. Refere-se ainda o “apoio à construção da zona económica da Baía Daguang de Jiangmen por Guangdong e Macau” e a elevação dessa iniciativa, que ocupará uma área de 3200 quilómetros quadrados, a projecto nacional. Trata-se do primeiro documento de grande importância destinado a promover a cooperação regional no Delta do Rio das Pérolas, para que Macau possa ultrapassar as limitações do seu mercado micro através da integração do desenvolvimento urbano. É um documento que, em

conjunto com a atribuição, no ano passado, de 85 quilómetros quadrados de águas territoriais a Macau pelo Governo Central, demonstra o forte apoio do nosso País à RAEM.

Veja-se o exemplo da Zona Económica Daguanghaiwan de Jiangmen. O Interior da China já definiu o seu plano geral de desenvolvimento, em que a economia do mar fez correr muita tinta, proporcionando novas oportunidades para Guangdong, Hong Kong e Macau. Na minha opinião, com base nas vantagens garantidas pelo princípio “Um País, Dois Sistemas”, a cooperação regional entre Macau e o Interior da China está repleta de oportunidades. Proponho ao Governo que aproveite o desenvolvimento económico de Daguanghaiwan e o novo modelo de cooperação Guangdong-Macau, nomeadamente o “planeamento, exploração, administração e benefício conjuntos”, por forma a criar uma plataforma de cooperação na margem oeste do Rio das Pérolas. Por exemplo, deve ser pró-activo na gestão das áreas marítimas tradicionais - promovendo a economia marítima e dinamizando projectos relacionados com o mar, tais como a circulação livre de iates entre Guangdong e Macau - e desenvolver ainda ofertas turísticas no âmbito das “diversas paragens numa mesma viagem”. Ao mesmo tempo, quanto à cooperação na protecção ambiental de Macau, o Governo deve continuar a avaliar o projecto da zona de aterro de materiais inertes, com a referida zona económica, a fim de aliviar o fardo em termos da insuficiência de capacidade para o respectivo tratamento em Macau. Em suma, o Governo da RAEM deve aproveitar esta oportunidade, alargar o âmbito e aprofundar o conteúdo da cooperação entre Guangdong e Macau, dando novo fôlego e dinamismo ao crescimento socioeconómico e à melhoria da qualidade de vida da população.

Senhor Presidente, muito obrigado.

**IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 21.03.2016**  
**Aproveitar as oportunidades para promover o desenvolvimento**  
**diversificado da economia de Macau**

Há dias, o Conselho de Estado divulgou as Orientações sobre a Cooperação Regional do Grande Delta do Rio das Pérolas, e indicou: “3) Reforçar a posição estratégica de cooperação entre a China, Hong Kong e Macau; 29) Apoiar Macau na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, (...) e no desenvolvimento diversificado da economia; 30) Apoiar Guangdong e Macau na construção conjunta da zona experimental de comércio e de cooperação da Baía Daguang em Jiangmen”.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020): “Os destinos da RAEM e do País estão intimamente ligados. Existe, assim, uma maior necessidade de expandirmos as relações de cooperação regional e de articularmos o desenvolvimento de Macau com o desenvolvimento da economia do Interior da China”.

Segundo especialistas e académicos, Macau está a enfrentar 20 meses consecutivos de quedas nas receitas do jogo e também conflitos na sociedade, assim, o Conselho de Estado definiu as orientações para o desenvolvimento de Macau, para que a cooperação e o desenvolvimento possam persistir numa nova conjuntura, alcançar ganho conjunto, e manter a prosperidade e estabilidade de Macau, através da cooperação regional do Grande Delta do Rio das Pérolas. Indicou, especialmente, que ia “apoiar Macau na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer” e “Apoiar Guangdong e Macau na construção conjunta da zona experimental de comércio e cooperação da Baía Daguang em Jiangmen”. Com o apoio das novas políticas estratégicas do País, Guangdong e Macau têm de estudar como reforçar a sua cooperação, especialmente, criar novas ideias para promover as relações harmoniosas entre Jiangmen e Macau, e o seu desenvolvimento acelerado, em prol de um futuro de sucesso.

Segundo alguns especialistas e académicos, o 13.º plano quinquenal, as “opiniões orientadoras para a cooperação regional” e o plano quinquenal do desenvolvimento da RAEM trouxeram oportunidades de desenvolvimento e desafios para Macau. Por exemplo, o governo central elevou o programa da zona económica de Daguanghaiwan de Jiangmen para o nível de estratégia do País, e o relatório das LAG da RAEM realça que o inovar do modelo de cooperação entre Guangdong e Macau tem um importante significado e função para a prosperidade e o desenvolvimento sustentável de Macau. Constata-se então que, ao nível da cooperação regional, a RAEM pode, de forma flexível, maximizar as suas próprias vantagens, nomeadamente, nas ligações com Jiangmen, tendo em conta a nossa localização geográfica, hábitos e costumes, o turismo e a economia, etc.

Assim, por forma a apoiar e a aproveitar as oportunidades de desenvolvimento concedidas pelo País, proponho a criação de um mecanismo intensificado de promoção conjunta de “linha directa” entre Jiangmen e Macau. Por exemplo, a nível governamental, criar um “conselho especializado para o desenvolvimento de construções Jiangmen/Macau”, liderado por dirigentes de ambas as partes e constituído pelos dirigentes dos respectivos serviços funcionais, por Qiao Chu, do sector económico, e por especialistas e académicos, cujas principais funções são: comunicação em “linha directa” com os serviços funcionais dos dois governos; recolha e troca de informações de desenvolvimento em 1.<sup>a</sup> mão; tendo em conta as opiniões e sugestões de cooperação apresentadas pelo conselho, concretização e promoção, passo a passo, dos trabalhos de desenvolvimento da zona económica de Daguanghaiwan; aquando da concretização desses trabalhos pelo Governo da RAEM, deve-se ainda conjugar com a política de “racionalização de quadros e simplificação administrativa”, por exemplo: ao nível da inovação do respectivo regime, aproveitar a experiência da Zona de Comércio Livre de Shanghai, implementar o espírito inovador do regime de Estado de Direito, “não se pode fazer o que a lei não confere”, “pode-se fazer tudo o que a lei não proíba” e “tem de se fazer o que é da responsabilidade definida na lei”, apoiar e seguir o rumo de desenvolvimento do País, aproveitar as oportunidades como força motriz para o nosso desenvolvimento, em prol da prosperidade e desenvolvimento sustentável de Macau, e tomar a iniciativa de elaborar planos, por forma a criar em conjunto um novo modelo para a cooperação regional, em prol da criação de um ambiente *win win*.

## **IAOD do Deputado Kou Hoi In em 21.03.2016**

(Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Deputado Chui Sai Peng.)

Nas orientações do Conselho de Estado sobre o aprofundamento da cooperação no Grande-Delta do Rio das Pérolas, refere-se a optimização e o ajustamento da política de visto individual para Hong Kong e Macau, o que vai contribuir para melhorar o desenvolvimento do sector do turismo de Macau. Mas Macau tem ou não tem capacidade de recepção suficiente para fazer face ao aumento de visitantes? Como é que Macau aproveita as suas vantagens para se transformar, gradualmente, num centro de turismo e de lazer a nível mundial?

Para além da boa notícia sobre os vistos individuais, também notámos os recentes esforços da Direcção dos Serviços de Turismo na promoção de produtos turísticos e dos eventos e festividades de Macau no exterior, com vista a alargar as fontes de visitantes, impulsionar a sua diversificação, e promover o turismo comercial em Macau. Por via do plano de incentivos ao turismo, deseja-se que os diferentes tipos de visitantes, organizações e empresas escolham Macau como destino de turismo de incentivo, cerimónias de casamento e turismo estudantil, impulsionando assim o desenvolvimento diversificado do mercado turístico.

Por um lado, o Governo está a explorar novas fontes de visitantes, atraindo mais turistas de qualidade, mas, por outro lado, é necessário reforçar os equipamentos sociais, para que os visitantes sintam o lado bom de Macau, como afirma o mote dos Serviços de Turismo: “Sentir Macau!” Assim, cabe ao Governo acelerar e reforçar a construção dos diversos equipamentos urbanos, *hardware* e *software*, no sentido da optimização das diferentes estruturas de apoio ao turismo.

Para que Macau se transforme num “centro internacional de turismo e lazer”, há que resolver primeiro o problema do trânsito, visto que uma rede de trânsito que facilite as deslocações contribuirá para elevar a imagem turística de Macau. Porém, as “dificuldades do trânsito” são hoje uma normalidade, e as pessoas não conseguem apanhar nem autocarros nem táxis, para além dos abusos na cobrança das tarifas de táxis. Cabe ao Governo apresentar atempadamente propostas concretas para resolver, na fonte, este grande problema das deslocações, quer da população quer dos visitantes.

Já exortámos várias vezes o Governo a realizar, quanto antes, estudos e um planeamento global da cidade, incluindo os novos aterros e bairros antigos, tais como abrir carreiras circulares de autocarros, acelerar a revisão da sua rede, melhorar os respectivos serviços e concretizar a política de prioridade aos transportes públicos; rever quanto antes o Regulamento de Táxis, reforçando os efeitos dissuasores, e as formas de execução de lei por parte da polícia. Só através de uma boa rede de tráfego, que garanta a livre circulação de pessoas e mercadorias, é que podem ser garantidas condições vantajosas para o

desenvolvimento de Macau.

Uma outra questão prende-se com o turismo. Além do bem-sucedido Festival de Luz e da continuação da promoção dos roteiros turísticos «Sentir Macau passo-a-passo», parece que falta algo que sobressaia e que enriqueça a oferta turística. Portanto, as autoridades, além de procurarem mais fontes de turistas, precisam de diversificar a oferta turística, por forma a garantir uma experiência verdadeiramente encantadora, baseada em multiplicidade de atracções em termos de culinária e diversão, para todos os tipos de turistas, em viagem de trabalho, em família, com o namorado ou namorada, etc. Para que possam experienciar todos os sentidos de Macau, o Governo precisa de fazer mais, explorar mais características de Macau enquanto ponto de encontro das culturas orientais e ocidentais, e conceber mais iniciativas temáticas dinamizadoras. Só assim é que Macau consegue transformar-se num destino ideal em termos de mobilidade, para viajar e de entretenimento.

## **IAOD do Deputado Chan Meng Kam 21.03.2016**

Recentemente, foram muitas as polémicas na sociedade quanto à construção de prédios altos nas colinas de Coloane e ao Edifício de Doenças Transmissíveis, ao projecto de demolição do Quartel de S. Francisco, à duplicação na nomeação dos membros dos Conselhos Consultivos, etc. Como há falta de transparência, quando o Governo é criticado, a sua autoridade na tomada de decisões vai ser afectada e, ao mesmo tempo, é um desafio. Como se pode, verdadeiramente, elevar a transparência das acções governativas, reforçar a capacidade na tomada de decisões de forma científica por parte dos membros do Governo e obter, no máximo, o apoio dos residentes, são temas que os diversos membros do Governo têm de enfrentar.

Para desenvolver a cidade, há sempre demolições e construções de prédios. Como se pode obter um equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação, é um teste para os diversos serviços do Governo. Para construir prédios altos no Alto de Coloane, é preciso demolir as colinas, e o Governo devia prever os sentimentos dos residentes, uma vez que estes entendem que Coloane é o jardim de todos. Como envolve os interesses da população, a transparência deve ser elevada, no sentido de obter a compreensão do público e o devido consenso. Porque é que não pode ser divulgado o conteúdo do relatório do impacto ambiental? Afinal, entre a alegada “privacidade”, o interesse público e o direito à informação, o que é mais importante? Não é necessário encobrir o processo de tomada de decisão, basta deixar tudo ao sol e actuar de acordo com lei, e acredita-se que se vai chegar a uma conclusão no seio da sociedade.

Na sociedade, existem opiniões diferentes quanto à localização do Edifício de Doenças Transmissíveis. O problema tem a ver com o facto de o Governo não ter feito uma divulgação atempada, mas o mais importante é que, segundo a planta de alinhamento de 2010, a cota altimétrica máxima permitida era de 52,5 metros. Porque é que o Instituto Cultural (IC) autorizou estendê-la para 61,1 metros? A sua actuação suscitou dúvidas entre a população, e é inevitável que as pessoas digam que “os governantes têm duas bocas”.

O Quartel de São Francisco foi classificado como monumento. Em 2014, o Governo divulgou poucas informações sobre as obras da 1.<sup>a</sup> fase de ampliação, e a população suspeitava que estivessem a ser feitas em segredo, resultando em conflitos; as obras da 2.<sup>a</sup> fase geraram ainda mais conflitos, tendo um arquitecto português criticado o Governo por ser o primeiro a destruir monumentos. Segundo o IC, as obras da 2.<sup>a</sup> fase não vão ser desenvolvidas, mas, de acordo com a imprensa, no referido Quartel estão a ser desenvolvidas obras de grande dimensão. Perante

esta situação, o Governo apenas afirmou que o projecto teve início antes da entrada em vigor da Lei de Salvaguarda do Património Cultural e da Lei do Planeamento Urbanístico, e não divulgou quaisquer informações sobre as obras. Um residente critica que, comparativamente com o método de tratamento do caso da propriedade privada do n.º 1 da Rua da Barca, “os governantes têm duas bocas”.

Os relatórios das LAG do passado já mencionavam claramente os mandatos dos membros dos Conselhos Consultivos. Havia membros que apareciam em mais de 3 listas de Conselhos Consultivos. Os cidadãos podem provavelmente não saber, mas os diversos serviços públicos e até os dirigentes que fazem despachos andam “confusos”. Face ao exposto, onde está a transparência e a autoridade do Governo? No debate das LAG em Novembro passado, os SAFFP afirmaram haver 10 pessoas a desempenhar funções em 4 ou mais Conselhos Consultivos. Face a isto, o Governo efectuou atempadamente algum ajustamento tendo em conta as transformações das suas políticas?

Os relatórios das LAG e as LAG de quase todos os anos realçam a necessidade de elevar a transparência nas acções governativas. Muitos dirigentes foram substituídos no 4.º mandato, e os residentes depositam muitas esperanças e não desejam ver “novo pessoal com sapatos novos a andar no caminho velho”. O elevar da transparência das acções governativas contribui para demonstrar a autoridade do governo na execução destas acções e este não pode ficar parado, só com “promessas verbais”.



## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 21.03.2016**

Recentemente, registaram-se em Hong Kong sucessivos casos de suicídio de alunos devido a problemas familiares e escolares, o que se tornou alvo de grande atenção da sociedade, e é um alerta para a área da educação de Macau. O Governo deve prestar atenção a este problema, avaliar as insuficiências existentes na educação, nas famílias e nos serviços sociais, implementar políticas e medidas para promover o desenvolvimento saudável dos jovens, e ensinar os alunos a estabelecerem juízos correctos e de valor, em prol do seu crescimento saudável.

Hoje verifica-se em Hong Kong a frequente ocorrência de suicídios de estudantes e a tendência de os suicidas serem cada vez mais novos. Isto revela que, com a evolução social, as questões sobre a juventude tendem a ser mais graves. Macau, devido à sua proximidade geográfica, social e pessoal com Hong Kong, tem de tomar iniciativas preventivas. Actualmente, não são poucos os jovens que estão viciados no mundo virtual da internet e têm dificuldades em interagir cara a cara com as pessoas no mundo real, pois estão habituados a comunicar através de aplicações informáticas. Um outro factor agravante é que o sistema de ensino ainda se baseia muito nos exames, sobrecarregando os alunos com muitos trabalhos de casa e testes. Além disso, muitos estudantes enfrentam dificuldades na adaptação aquando da transição para outras instituições de ensino, uma vez que precisam de lidar com novas circunstâncias e pessoas. Estes são factores que contribuem para o agravamento da pressão sentida pelos alunos. Os jovens, ainda pouco amadurecidos em termos intelectuais e psicológicos, podem optar, num impulso, por formas extremas para resolver os problemas.

Para tal, as autoridades necessitam de rever as actuais políticas de educação, promover a reforma curricular junto das escolas, diminuir a carga dos estudantes, enriquecer as actividades extracurriculares e ainda estimular as escolas a implementarem, globalmente, cursos dedicados à educação para a vida, com vista a inculcar, quanto antes, nos estudantes uma filosofia positiva e activa da vida e dos valores, como sendo trabalhos preparatórios para a sua saúde física e psicológica. Mais, os professores e assistentes sociais também devem estar mais atentos às mudanças psicológicas do estudante, com vista a descobrirem atempadamente os eventuais problemas e a prestarem-lhe o apoio necessário.

Durante o crescimento, os jovens precisam que alguém os compreenda e os ouça, especialmente no seio da própria família, mas em Macau os pais, na sua maioria, trabalham ao mesmo tempo e, como estão ocupados no seu emprego,

há falta de diálogo com os filhos e, enquanto linha de frente para educar os filhos, os pais devem dar mais tempo ao diálogo e prestar atenção às palavras e acções, e às mudanças psicológicas dos seus filhos, para descobrir, quanto antes, os seus comportamentos desviantes, dando-lhes apoio. Perante isto, as autoridades devem reforçar os serviços de aconselhamento dados aos pais e enriquecer os seus materiais de ensino, com vista a aumentar a função do apoio familiar. O crescimento saudável dos jovens necessita da atenção e carinho das famílias, escolas e sociedade, e só com uma boa coordenação entre as três partes é que se pode fazer bem o trabalho educativo, inculcar valores correctos aos jovens, bem como criar-lhes um bom ambiente de crescimento, e só assim é que haverá esperança infinita para o desenvolvimento de Macau.

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 21.03.2016

### Evolução da renovação urbana

É grave o problema do envelhecimento dos bairros antigos, cujos moradores têm vindo a aguardar pela promoção, por parte do Governo, do respectivo reordenamento. Ao longo dos últimos dez anos, o reordenamento dos bairros antigos tem-se deparado com diversos obstáculos, levando a que a respectiva proposta de lei ficasse sem efeitos. Em 2015, foi avançado nas LAG o conceito de renovação urbana, tendo, posteriormente, sido extinto o Conselho Consultivo para o reordenamento dos Bairros Antigos e criado o Conselho para a renovação urbana, cuja primeira reunião teve lugar há dias, sob grande atenção da população e dos deputados. Mas, segundo a imprensa e algumas pessoas que estiveram na reunião, só se discutiu o regulamento interno e a programação dos trabalhos do Conselho, não tendo sido ainda adiantados nenhum conceito geral nem trabalhos concretos sobre a renovação urbana, o que deixou os membros, a população e os deputados decepcionados.

Na realidade, o extinto Conselho Consultivo desenvolveu bastantes trabalhos, tendo apresentado o regime jurídico para o reordenamento dos bairros antigos, que veio a ser aprovado na generalidade. Devido às mudanças sociais, essa proposta acabou por ser retirada. Como os outros três importantes diplomas conexos já entraram em vigor, o novo Conselho deve, com base nessa proposta de lei, introduzir ajustamentos e definir um calendário para a implementação das diversas soluções legais, de modo a serem adoptadas medidas administrativas para resolver os diferentes problemas, tais como a dupla tributação, o imposto para a transmissão de bens, o aumento do índice de utilização do solo, a concessão de empréstimos sem juros, o ajustamento da percentagem do direito de propriedade para promover a reconstrução, etc.

Por outro lado, o referido conselho, enquanto mero órgão consultivo, limita-se apenas a apresentar as suas opiniões para a formulação da política de renovação urbana, logo, o papel protagonista cabe ao Governo. Assim, proponho ao Governo que seja criada uma entidade própria, em que se centralizem os trabalhos de planeamento e implementação, tomando como referência as experiências, nomeadamente, de Singapura (Urban Redevelopment Authority) e Hong Kong (Urban Renewal Authority), por forma a atingir o objectivo de “redesenvolvimento, reabilitação e conservação urbana”.

Ao nível de conceito, a dimensão da renovação urbana deve ser mais ampla e abrangente do que a da reconstrução de bairros antigos. Assim, e tendo em conta o 1.º plano quinquenal de desenvolvimento da RAEM a ser divulgado no próximo mês, acrescido ao facto de o Governo ter anunciado o início da

elaboração do plano director da RAEM, a Administração deve, através de processos legislativos e de promoção, arrancar com os trabalhos de reconstrução dos bairros antigos, incluindo até o reordenamento dos edifícios em risco de demolição, tendo em conta o definido nos referidos planos, de maneira a revitalizar, paulatinamente, todas as zonas.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 21.03.2016

As informações e os dados objectivos sobre o mercado imobiliário constituem fundamentos importantes para o Governo perceber o estado e a evolução do mercado e definir as políticas respectivas. Porém, a falta desses dados relevantes sobre o mercado imobiliário de Macau é um problema fundamental para os operadores e os responsáveis pela definição das políticas deste sector. Por outro lado, a divulgação de informações desactualizadas pelo Governo sobre o mercado imobiliário não consegue tranquilizar as expectativas do público nem contribui para o desenvolvimento estável desse mercado.

O “preço das casas” é o que mais preocupa a população. Os dados referem que em 2015 se registou uma descida de 13 por cento, em termos anuais, do preço médio das fracções habitacionais em Macau. É necessário referir que o conceito de “fracção habitacional” utilizado no mercado imobiliário de Macau abrange os apartamentos comuns, que a população procura para habitação, e de luxo, considerados pela população como um “produto internacional”. Quando o Governo elabora as estatísticas não segue o critério de “comparação entre géneros da mesma natureza”. Por conseguinte, quando se verifica a descida do número de transacções dos apartamentos de luxo e o preço das fracções normais se mantém, pelo facto de os valores relativos aos apartamentos de luxo estarem também incluídos nos dados estatísticos, os níveis de alteração desses dados em geral ficam moderados, não reflectindo a verdade nem a alteração dos preços do mercado.

A “taxa de desocupação” é um indicador essencial que reflecte o funcionamento saudável, ou não, do mercado imobiliário. Segundo os critérios estatísticos de Macau, considera-se habitação desocupada quando o consumo de energia eléctrica da fracção habitacional for inferior a 10 kWh, tratando-se de um critério para o cálculo do número total das fracções desocupadas. Independentemente da definição de “taxa de desocupação” e das formas científicas que referi para os cálculos estatísticos, o “número total de fracções desocupadas” divulgado pela DSEC reflecte apenas o número de fracções desocupadas na península de Macau, Taipa e Coloane, sem dados básicos sobre a tipologia da fracção, o lote, a área, etc., e isto leva com que a taxa de desocupação, que é um importante indicador, se transforme numa “flor apreciada no nevoeiro”.

O mais importante é: comparando com a fórmula de divulgação das informações oficiais do nosso território vizinho Hong Kong, não existe por enquanto em Macau canais para a consulta imediata de informações das transacções, por isso Macau está só dependente dos dados estatísticos oficiais divulgados pela DSF e pela DSEC. Porém, esses dados oficiais são divulgados muitas vezes com um lapso de tempo de 1 a 2 meses, logo, o seu efeito é

relativamente baixo. Mais, existe ainda diferença entre esses dados oficiais e as transformações reais do mercado imobiliário sentidas pelo público.

De facto, existem em Macau algumas entidades pertencentes ao referido sector que divulgam os respectivos índices, mas, mesmo assim, essas entidades não representam os mesmos interesses e os resultados, inevitavelmente, podem inclinar-se para um determinado lado ou para certa escolha. O Governo não dispõe destes índices, portanto, não é possível, de modo algum, ajuizar as tendências do mercado, lançar políticas sobre o assunto, nem dar a conhecer ao público a real variação do mercado imobiliário de Macau.

O Governo afirmou que a DSEC estava a planear colaborar com a Universidade de Macau para definir métodos de elaboração do índice dos preços dos imóveis. O sector imobiliário tem implicações no desenvolvimento socioeconómico, na segurança do sistema financeiro e nos interesses da população. Assim, apelo ao Governo para aperfeiçoar as leis sobre terras, matérias financeiras e fiscais, bem como transacções, a fim de otimizar o mercado imobiliário, estabelecer um sistema de índice que satisfaça as realidades de Macau, e aperfeiçoar o regime de divulgação das estatísticas e as respectivas informações, para, com base nisto, reduzir os actos irracionais praticados pelos consumidores e investidores devido à falta de informações completas e equilibradas. Ao mesmo tempo, os respectivos valores poderão servir de fundamento para o Governo na definição de políticas de controlo do mercado em causa.

## **IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 21.03.2016**

### **Fazer parte da integração e apanhar o comboio expresso do desenvolvimento**

Com o encerramento das reuniões da Assembleia Popular Nacional e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês para o ano de 2016, o 13.º Plano Quinquenal do Estado foi aprovado com largos votos a favor e passa a ser o principal rumo do desenvolvimento da China nos próximos 5 anos. Na véspera do encerramento da reunião da 12.ª Legislatura da APN, foi divulgado o “Parecer orientador do Conselho de Estado sobre o aprofundamento da cooperação das regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas”, que constitui um estímulo para o povo. Para Macau, os resultados produzidos nas duas reuniões foram abundantes. Em articulação com o início do 13.º Plano Quinquenal, o Governo está a definir o primeiro plano quinquenal para Macau, com vista a aproveitar a situação vantajosa do Estado para converter a crise em oportunidade, quebrar os obstáculos e apanhar o “comboio expresso”.

Neste sentido, o Governo e os diferentes sectores sociais devem proceder, quanto antes, ao devido planeamento, no sentido de encontrar uma melhor forma de aproveitar as vantagens resultantes da reforma estatal, de modo a eliminar divergências, atenuando as fortes contradições e destacando os efeitos de Macau enquanto plataforma de ligação entre o País e o exterior.

Primeiro – Aprofundar a cooperação regional e concretizar a integração na economia regional. Há que promover, prioritariamente, a integração económica de Macau, das regiões da costa oeste do Rio das Pérolas e das regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, para concretizar a cooperação económica regional numa perspectiva de complementaridade. Há que criar um sistema uniformizado no mercado, para serem organizados de forma razoável os recursos existentes nas respectivas regiões. Há ainda que desenvolver a cooperação nas diversas áreas e que reforçar o intercâmbio a nível regional, no sentido de maximizar os efeitos da integração na economia regional, formando, através da complementaridade das várias vantagens, uma verdadeira estrutura industrial

Segundo - Não se pode estar sempre a aplicar os métodos antigos. O essencial do “Décimo Terceiro Plano Quinquenal” é a inovação. O referido “Parecer” assenta em cinco conceitos de desenvolvimento: inovação, coordenação, protecção ambiental, abertura e partilha. Macau deve preparar-se para se adaptar à estratégia nacional e encontrar as suas vantagens e as de Hong Kong que melhor correspondem às necessidades do Estado. Macau desempenha um papel insubstituível na região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, e assumindo a sua vantagem enquanto plataforma para o desenvolvimento, deve proporcionar às regiões vizinhas e suas empresas oportunidades de “atrair projectos de

investimento para Macau e incentivar o desenvolvimento das empresas de Macau no exterior”, e deve ainda levar as empresas dos Países Lusófonos para o mercado da China.

Na definição do plano quinquenal de Macau, enquanto plano para o nosso desenvolvimento geral, há que absorver a essência do “13.º plano quinquenal” do País, ter como referência a experiência deste na definição e concretização dos seus planos quinquenais, saber quais os assuntos que estão em discussão na sociedade, e ter em conta a intensificação da cooperação regional e a integração.

Neste momento coexistem em Macau as oportunidades e os desafios, e na actual situação de limitados recursos e condições, há que aproveitar bem as vantagens do nosso sistema e das nossas políticas, que apanhar o expresso do desenvolvimento e reforma do País, que acompanhar a maré-alta de desenvolvimento do País, que congregar a força centrípeta da sociedade, que observar bem as tendências, e que aproveitar e agarrar a tempo as oportunidades. O Governo da RAEM tem de ter coragem de explorar a novidade, de agir com serenidade e ser audaz, porque só assim é que conseguirá maximizar as suas próprias capacidades.



## IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 21.03.2016

Desde a sua apresentação, em 2005, que o reordenamento dos bairros antigos tem concentrado elevada atenção da sociedade. O Governo referiu que o reordenamento se destinava a melhorar a qualidade de vida da população, e que este ia ser aproveitado para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico sustentável, e que os espaços que iam ser libertados não seriam destinados apenas aos projectos imobiliários. Uma opção merecedora de elogio!

No passado, tanto na discussão no Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, como aquando da entrega, na última legislatura da Assembleia Legislativa, da proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos, foi realçado que a demolição e reconstrução dos edifícios antigos eram apenas uma parte do reordenamento, e que este devia incluir: 1. A demolição e reconstrução; 2. O impulso da manutenção e reparação dos edifícios pelos próprios residentes; 3. O melhoramento das condições e instalações comunitárias e 4. A conservação e dinamização do património cultural. Contudo, antes do termo da última legislatura da Assembleia Legislativa, o Governo decidiu retirar aquela proposta de lei, que estava já em apreciação, já se passaram vários e mais nada se viu quanto a essa proposta, e o referido conselho foi substituído pelo Conselho para a Renovação Urbana. Porquê? A Administração não prestou quaisquer esclarecimentos! A opção inicial vai ser alterada? Estas dúvidas são inevitáveis!

De qualquer maneira, são grandes a esperança e exigências da sociedade em relação ao Conselho para a Renovação Urbana, pois é este que vai analisar e estudar as futuras políticas para o desenvolvimento sustentável da renovação urbana de Macau. Como esta matéria está relacionada com a melhoria da qualidade de vida da população e com o desenvolvimento social, e com vista a reduzir as dúvidas da população sobre este Conselho, sou de opinião que o Governo deve continuar com a transparência assumida pelo ex-Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, nomeadamente, convidar os órgãos de comunicação social a darem notícias sobre as reuniões plenárias, reuniões das comissões especializadas e respectivas apresentações dos trabalhos, assim como a realizarem conferências de imprensa após as reuniões. Tudo isto com o objectivo de informar devidamente a população sobre os trabalhos e também para que esta possa, atempadamente, pronunciar-se. A transparência do Conselho para a Renovação Urbana jamais poderá ser menor do que a do anterior Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, por forma a permitir que a população tenha conhecimento do que se passa reuniões, aumentando-se assim o seu poder de fiscalização. Só com alto grau de transparência é que a população pode saber como o Conselho para a Renovação Urbana funciona, e só com a participação atempada da população é que o trabalho da Administração terá o apoio e confiança desta!

O Chefe do Executivo foi claro nas últimas LAG, onde se refere que é

necessário melhorar o actual funcionamento dos órgãos de consulta e esta é a altura certa para se ver o “trabalho efectivo” do Governo, e cada Secretário tem a responsabilidade de implementar as políticas delineadas pelo Chefe do Executivo com vista a promover os conselhos consultivos da sua tutela, aumentando a transparência, a abertura e a participação da população.

## IAOD da Deputada Lei Cheng I em 21.03.2016

O foco da atenção da sociedade tem sido o projecto de um empreendimento no Alto de Coloane, com prédios até 100 metros de altura, que abrange grande parte da colina a ser desbastada. O público considera que não há transparência suficiente e questiona: os critérios adoptados na apreciação do projecto e os respectivos procedimentos são legais e razoáveis? Porque é que o local em causa passa de zona com planeamento para zona sem limite a nível de altura? O público receia que, se este projecto for autorizado, vai abrir um precedente e causar danos irreversíveis ao ambiente ecológico de Coloane, considerada como o “pulmão da cidade”. Uma vez que existem várias dúvidas sobre este caso, o Governo deve divulgar, quanto antes, mais informações e dar ao público uma explicação. Este caso destaca, novamente, a inércia do Governo ao longo dos anos relativamente à protecção dos recursos ecológicos de Macau.

Macau é pequena, portanto, são poucos os recursos ecológicos naturais, como montanhas, florestas e parques naturais. Registou-se um acelerado desenvolvimento nos últimos anos. Segundo as estatísticas oficiais, a taxa de arborização é superior a 40 por cento, mas está a descer, constantemente, a área dos espaços verdes cujos valores ecológicos são melhores e que possuem vegetação mais rica e, actualmente, só ocupa 23 por cento da área terrestre, percentagem muito mais baixa do que nos territórios vizinhos! Os residentes dão muita importância às zonas de recursos naturais ainda existentes, que são locais agradáveis para os residentes e as famílias irem nos feriados. Porém, no passado, as autoridades aprovaram, repetidamente, projectos de construção que destruíram colinas, e a sociedade já ultrapassou o seu limite máximo de tolerância.

Até ao momento, o Governo não legislou para fixar a área e a proporção das zonas verdes e dos espaços ecológicos em Macau. Em conformidade com a Lei do planeamento urbanístico, um dos objectivos do plano director diz respeito a “estabelecer os princípios orientadores da protecção e defesa do ambiente, da natureza, do equilíbrio ecológico e da sustentabilidade ambiental”, mas o Governo tem sido lento no âmbito da definição do Plano director e dos Planos de pormenor. Com a falta de regulamentações e critérios concretos, é com frequência que os governantes, que sublinham que exercem, nos termos da lei, o poder discricionário na apreciação e autorização dos pedidos, tomam decisões que não se adequam às expectativas dos residentes, o que vai contra, de facto, o referido princípio.

As montanhas, os cursos de água e as terras húmidas são recursos ecológicos preciosos e insubstituíveis, e uma vez danificados são irrecuperáveis, não podendo ser substituídos por floreiras nos lados das ruas, por árvores plantadas nos jardins e pelo aumento da percentagem da zona verde. Neste

sentido, no planeamento urbanístico, aqueles devem ser protegidos prioritariamente. Numa entrevista ocorrida há dias, o Chefe do Executivo prometeu a protecção das florestas e montanhas verdes. Quando é que isto se pode concretizar?

Actualmente, ainda não dispomos nem do Plano director, nem dos Planos de pormenor do planeamento urbanístico. Com vista a proteger com determinação o meio ambiente, a Administração tem de prometer à sociedade que, antes do melhoramento das leis e de dispormos dos Planos de pormenor, vai suspender a autorização de todos os projectos que afectem as montanhas e o meio ambiente, para não causar danos irreversíveis aos valiosos recursos naturais de Macau. O mais importante é que o Governo tem de finalizar, o mais rápido possível, os Planos director e de pormenor, definindo as zonas e áreas com montanhas e recursos naturais que não podem ser danificados, sendo o último defensor das zonas verdes e dos recursos naturais de Macau. Mais, deve ainda definir claramente a área ou proporção mínima “de recursos naturais, zonas verdes e de vista panorâmica” de Macau, defendendo bem os recursos naturais que pertencem a todos nós.

## **IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 21.03.16**

A falta de planeamento geral urbanístico ao longo destes anos resultou em construções desordenadas e desorganizadas. Os serviços públicos não têm locais próprios, até os serviços judiciais têm de arrendar espaços em diversos edifícios comerciais, o que provoca muitos problemas e constitui um perigo oculto. A sociedade deseja que o Governo resolva isto quanto antes. Em Outubro de 2015, o Chefe do Executivo exigiu ao sector judicial que “procedesse à construção dos seus próprios espaços, com vista a criar condições para o bom e eficaz funcionamento do sistema judicial.”, mas esses serviços optaram por medidas mais simples, recorreram ao arrendamento de espaços a preço elevado, em vez de envidar esforços em planeamentos e construções em conjugação com o planeamento urbanístico. Quanto ao planeamento urbanístico dos novos aterros, o Governo pretende construir um complexo judicial na zona B, mas até ao momento ainda nada se viu. Quando há pressão e urgência em resolver situações, o Governo tem por hábito recorrer a medidas provisórias, nomeadamente, o aproveitamento do original local de estacionamento do Tribunal de Última Instância (TUI) para a construção dum edifício provisório do TUI, a construção do edifício provisório do Ministério Público na Avenida Dr. Rodrigo Rodrigues, etc.. Os edifícios provisórios não são rentáveis, pois gasta-se muito com a sua construção e quando se muda para os definitivos, aqueles sofrem alterações. Como é evidente, isto não é adequado.

O Governo Central já definiu a área marítima da RAEM. Aproveitando o reforço da gestão e uso da área marítima, é oportuno que Macau proceda à definição do seu planeamento e desenvolvimento urbano. E com a definição clara da área marítima da RAEM, estão criadas condições para definir o planeamento urbanístico, as vias públicas e o trânsito.

O acesso entre a Barra e as Portas do Cerco pode vir a um corredor exclusivo entre a Barra e o Lam Mau, mas ainda não consegue resolver os congestionamentos do trânsito nem facilitar as deslocações da população. Foi clarificado o âmbito das áreas marítimas, portanto, pode ponderar-se, através de aterros, criar uma via periférica entre a Barra e as Portas do Cerco, no sentido de estender a rede viária e de aliviar os congestionamentos na cidade, que pode ainda ser ponderada para traçado do Metro Ligeiro. E quanto à construção do Metro Ligeiro, deve ainda ponderar-se o que fazer, para se conseguir uma boa articulação com Zhuhai.

Como foi clarificado o âmbito das áreas marítimas, o Governo deve planear, em articulação com o planeamento urbanístico dos novos aterros, as infra estruturas ligadas ao Porto Exterior, por exemplo, paragens de autocarros, silo-auto, etc., no sentido de que as instalações e equipamentos atinjam padrões internacionais e correspondam ao posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e de Lazer. Acredito que aproveitar os aterros para construir

instalações públicas obterá, certamente, o apoio da população e do Governo Central.

Já é altura, aliás é esta a melhor altura, para Macau aperfeiçoar os seus planos para o desenvolvimento urbanístico. Espero que as autoridades aproveitem e acelerem os respectivos trabalhos, para não se desiludirem expectativas, quer do Estado quer da população.

## **IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 21.03.2016**

Em Abril do ano passado, o Governo apresentou o plano de revitalização do antigo Hotel Estoril e da Piscina Municipal Estoril, a fim de transformar o local num espaço integrado para a indústria criativa, educação e lazer. A notícia suscitou a atenção da população e de individualidades ligadas à preservação do património. Depois de um ano de consulta pública e estudos, 82 por cento das opiniões manifestadas são de apoio à reconstrução do antigo hotel Estoril. O Conselho do Património Cultural (CPC) reuniu-se há dias, e a maioria dos membros entendeu não iniciar o processo de classificação deste hotel como património, por isso, a fase seguinte será a continuação do projecto de reconstrução.

O antigo Hotel Estoril foi construído entre os anos 50 e 60 do século passado, e era um espaço que reunia instalações de restauração, hotel e jogo em casino. Tratava-se de um modelo inovador que impressionou muitos residentes. Quanto ao reaproveitamento deste antigo hotel, cabe à população escolher entre a preservação e o desenvolvimento. Porém, há que ter em conta também a carência de terrenos em Macau, assim como de instalações públicas para o uso da população, sendo necessário melhorar os equipamentos sociais através da reconstrução, para satisfazer a procura das diversas camadas sociais.

Este antigo hotel está localizado numa zona com escolas, e as autoridades têm o plano de reconstruir e transformar o espaço num centro de actividades recreativas para jovens, sendo essa uma boa finalidade para o projecto. Por outro lado, as instalações do Conservatório de Macau, o seu palco de espectáculos, bem como os diferentes equipamentos da zona da Igreja de S. Lázaro vão também estar incluídos nesse projecto de reconstrução do Hotel Estoril. Assim, depois de concluído o projecto de reconstrução, prevê-se uma revitalização do desenvolvimento cultural e artístico naquele espaço. Segundo as autoridades, esse projecto irá integrar também um parque de estacionamento de veículos e, depois de concluído, vai permitir melhorar o ambiente de vida urbana e os equipamentos físicos da zona, atrair a deslocação de mais residentes e turistas, e impulsionar o desenvolvimento económico da área.

Não vai ser activado o procedimento de classificação do Hotel Estoril como património cultural e esta construção vai ser demolida, mas, mesmo assim, tendo em conta os sentimentos de alguns cidadãos em relação a esta construção, sugiro o uso, como referência, das peculiaridades arquitectónicas do hotel na construção do novo complexo, com vista a que possam ser reveladas. Além disso, recomendo ainda que se reserve uma zona no novo complexo para servir de museu e de arquivo histórico, mostrando ao público a história do desenvolvimento do Hotel Estoril e da Freguesia de São Lázaro.

As consultas públicas e os debates que não têm fim nem ponto final são apenas desperdício de recursos administrativos. As questões velhas ainda estão por resolver, mas, à medida do avanço do tempo, têm vindo a aparecer novos

problemas de segurança quer da construção quer de saúde pública. A conservação e protecção bem como o desenvolvimento assumem igual relevância, mas, devido à escassez de solos, a reconstrução passa a ganhar cada vez mais importância. Espero que a sociedade possa chegar, o mais rápido possível, a um consenso sobre o plano de reconstrução e que os serviços competentes iniciem imediatamente os trabalhos de reconstrução, bem como acelerem o respectivo ritmo, a fim de as diferentes classes sociais poderem usufruir, o mais rápido possível, das novas instalações comunitárias.



## **IAOD da Deputada Chan Hong em 21.03.16**

### **Incentivar a diversificação cultural e artística, para que Macau se transforme numa cidade de cultura**

Antigamente, durante o Ano Novo Chinês, muitos residentes e visitantes deslocavam-se ao Jardim de Lou Lim Ieoc para verem a exposição de orquídeas. O colorido da espécie *Cattleya* e o cheiro agradável da *Cymbidium* contribuía para reforçar o espírito da festividade e enriquecer a vida cultural dos residentes, portanto, todos os anos se deslocavam até lá dezenas de milhares de pessoas para tirarem fotografias.

Essa actividade era organizada pelo IACM, em colaboração com uma associação civil, mas este ano não se realizou. Recebi muitas queixas de residentes, manifestando o seu descontentamento com este repentino cancelamento duma exposição que já acontecia há 20 anos. Consultei a associação em causa, que me respondeu que não sabia da razão desse cancelamento. Os residentes não compreendem por que razão é que o Governo suspendeu, de repente, essa actividade, que só pode contribuir para reforçar o espírito de festividade e promover as tradições chinesas.

Com vista a diversificar as indústrias culturais, enriquecer as actividades culturais comunitárias e vincar os valores culturais locais, o Governo tem apoiado, nestes últimos anos, as associações não lucrativas na realização de actividades artístico-culturais. Algumas delas transformaram-se mesmo em marcas de qualidade muito acarinhadas e apoiadas pelo Governo enquanto outras, por serem de pequena dimensão, não mereceram a sua atenção, portanto, algumas são organizadas periodicamente e com apoios enquanto outras se ficam pelo caminho. Na verdade, o número de espectadores varia de actividade para actividade e nada tem a ver com a qualidade, portanto, não se deve dar importância às de grande envergadura e menosprezar as pequenas, nem o gosto dos dirigentes deve servir de critério para as apoiar. Os apoios do Governo são os mais directos e importantes, quando falta o patrocínio das instituições comerciais e privadas. O Governo deve fazer todo o possível para encontrar um ponto de equilíbrio na concessão dos diversos apoios a essas actividades, bem como definir uma política cultural e criar o respectivo mecanismo de apoio, para promover, com racionalidade, o desenvolvimento saudável das actividades artístico-culturais.

O Governo deve dar resposta positiva e apoiar as actividades que promovem a cultura e as artes chinesas e incentivar a criação e a inovação junto dos artistas locais, por forma a intensificar a promoção das indústrias culturais e criativas e generalizar o ensino das artes junto dos jovens, como forma de reforçar a formação de quadros; deve apoiar a organização de exposições e espectáculos

ligados às artes e à cultura, e criar mais espaços para espectáculos, exposições e ensaios.

Apesar do abrandamento da economia nestes últimos dois anos, há que construir uma melhor imagem de Macau enquanto centro de turismo e lazer a nível mundial, portanto, as actividades artísticas e culturais não podem parar, devem sim, pelo contrário, ser reforçadas, no sentido de transformar Macau numa cidade de cultura.

## **IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 21.03.2016**

Aos olhos dos cidadãos, a Polícia é uma força militarizada onde a gestão é séria e rigorosa. E as suas dignidade e ética profissional exigem-lhe respeito pela disciplina e cumprimento rigoroso da lei.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, há toda a necessidade de intensificar a interacção entre a Polícia e a população e de elevar a imagem da Polícia quanto à manutenção da ordem e segurança públicas, com vista a aumentar a confiança da população no seu trabalho.

Após uma visita a uma exposição pública das obras dos formandos do curso de pintura e caligrafia organizado pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública, residentes e visitantes, na sua maioria, ficaram impressionados com a faceta artística e cultural dos polícias. O local da exposição é pequeno, mas suficiente para reflectir, de forma bastante positiva, a imagem da Polícia.

Assim sendo, espero que as cúpulas criem mais oportunidades para a interacção e diálogo da Polícia com os residentes nos bairros comunitários e nas escolas, de forma a promover a participação de todos e o desenvolvimento duma cultura de relação entre a Polícia e a população.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 21.03.2016

Macau é uma cidade histórico-cultural de renome, pois nela coexistem muitas construções de arquitectura ocidental e oriental. Após integrarmos o património mundial em 2005, passados 14 anos, os níveis de protecção da sociedade em relação a esse património aumentaram constantemente. No passado, ocorreram várias discussões sobre, nomeadamente, a protecção da “casa azul” do Instituto de Habitação, o Farol da Guia e o antigo quartel militar de Mong Há. Recentemente, as discussões centraram-se no Hotel Estoril, nos 2 edifícios cinzentos adjacentes ao Hospital Conde de S. Januário e na reconstrução do edifício do Instituto Salesiano da Imaculada Conceição. As questões levantadas foram: é necessário demoli-los ou devem ser preservados? O Governo e a população, separadamente, têm as suas opiniões, e os critérios apresentados são diferentes. Há cada vez mais discussões e isto tudo vai afectar o desenvolvimento sustentável da sociedade.

O Governo decidiu a demolição dos dois edifícios cinzentos, com o fundamento de que a construção do edifício para doenças infecto-contagiosas é de interesse público de relevância, sem mencionar se aqueles têm valor de conservação, uma questão a que a sociedade dá muita atenção, o que deixou uma sensação de que o valor e a conservação ou não de um monumento não dependem do monumento em si nem de um conjunto de critérios objectivos, mas, sim, da vontade e decisão do Governo. No caso do Hotel Estoril, por exemplo, o Instituto Cultural entende que “o Hotel Estoril não satisfaz os critérios previstos na Lei de Salvaguarda do Património Cultural para ser classificado como património, devido à incerteza da sua autenticidade”. De facto, na referida Lei já está previsto que um bem imóvel pode ser classificado com interesse cultural relevante quando possuir “valor estético, artístico, técnico ou material intrínseco”. Como a fachada do Hotel Estoril é obra de um artista italiano, assim, segundo o entendimento dos cidadãos em geral, é óbvio que o mesmo possui valor relevante a nível estético e artístico. Contudo, o Governo não concorda com este entendimento, nem conseguiu apresentar os seus fundamentos, por isso, é difícil, assim, convencer os cidadãos. Porém, quanto a projectos particulares, como a reconstrução do Instituto Salesiano da Imaculada Conceição, as autoridades, após avaliação, consideram que é necessário manter a sua fachada, tendo em conta o valor da paisagem do centro histórico de Macau. De facto, o antigo Hotel Estoril e a escola em causa são edifícios com valor histórico, tendo características próprias, mas o Governo tem um “padrão duplo” para o seu tratamento, e só o desenvolvimento promovido pelo Governo merece prioridade, o que leva a população a perder confiança em relação à justiça e à razoabilidade do regime de classificação do património cultural, e também faz com que haja conflitos constantes na sociedade, ficando, assim, muito lento o desenvolvimento social.

Devido à falta de recursos de solos em Macau, os ricos recursos culturais constituem um alicerce para o desenvolvimento da cidade. Macau tem muitas

construções com valor histórico-cultural, portanto, como vão ser tratadas de forma científica e razoável, e como se consegue um equilíbrio entre o desenvolvimento da cidade e a conservação do património, isto merece a nossa reflexão. Há que ter cuidado no tratamento desta questão, evitando a destruição causada pela mão do Homem.

É inaceitável que, aquando da tomada de decisão para a conservação de uma construção histórica, os serviços competentes normalmente apresentem só uma conclusão simples, mas não uma clara explicação dos processos necessários e das informações detalhadas e fundamentos suficientes, mais, os critérios de avaliação aplicados são diferentes e alterados frequentemente. Sugiro que o Governo aplique um critério uniforme e científico para avaliar o património cultural, divulgue mais informações e eleve a transparência da tomada de decisão, para o público perceber melhor. Para além disso, quando se encontram casos com uma forte controvérsia social, há que seguir as regras da Lei de Salvaguarda do Património Cultural para iniciar, atempadamente, o processo de avaliação do património cultural. Para evitar que a avaliação apenas seja feita pelos serviços públicos, há que convidar uma terceira parte fiável para nela participar, no sentido de tornar mais científica a decisão tomada. Só assim é que se pode dissipar as dúvidas do público e impulsionar o desenvolvimento social.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 21.03.2016

Um dos pressupostos da boa governação é a transparência e simetria da informação, isto é, além de saber o que a população pensa, talvez o mais importante seja Governo deixar os residentes saberem o que os responsáveis fazem, onde estão a gastar o erário público e quais os resultados respectivos; mesmo em relação às políticas menos bem-sucedidas ou suspensas, a população deve ser informada das causas: deve-se à omissão de alguém ou a dificuldades reais. Isto não só é benéfico para uma melhor comunicação, reforçando a confiança mútua entre o Governo e os cidadãos, como também congrega o consenso social e potencia a inteligência colectiva.

No entanto, alguns incidentes nos últimos meses revelaram a insuficiência do Governo neste âmbito. Por exemplo, quanto ao caso *Pearl Horizon*, é do interesse e preocupação dos pequenos proprietários a forma como o Governo protege os seus legítimos direitos. No entanto, o discurso do Governo passou de «caso merecedor de estudo e tratamento especial» a «é necessário esperar pelo desfecho do processo judicial» e «nada mudou na decisão de proteger os promitentes-compradores», sem nunca tornar públicos os planos para fazer face a diferentes situações nem as medidas para apoiar os pequenos proprietários na resolução desta crise. Esta atitude deixou os pequenos proprietários perplexos e ameaça a confiança mútua.

Quanto ao projecto do Alto de Coloane, o que a população quer saber é como é que este pode conservar o ambiente natural durante a exploração. Porém, as respostas que o Governo tem dado são um tanto aéreas e indirectas: a DSPA considera-se apenas responsável pela apresentação de pareceres técnicos sobre o relatório de avaliação do impacto ambiental; o IC, por sua vez, adiantou que propôs sugestões não vinculativas ao promotor do imóvel, mas a possibilidade de arranque do projecto já compete ao organismo de planeamento; a DSSOPT referiu que todos os projectos são avaliados e autorizados nos termos da lei; o IACM manifestou que quer chegar a mais consenso da sociedade através de metodologias mais científicas. Em suma, estas declarações dos responsáveis não retiram a perplexidade da população. O próprio Chefe do Executivo, no início do mês, referiu que pretende aumentar a transparência da informação, permitindo maior participação da comunidade, o que demonstra que as autoridades estão conscientes dos seus problemas, só que até agora não houve nenhum avanço.

Além disso, o Governo despende anualmente verbas avultadas em projectos de inquéritos e estudos. Segundo um relatório do Comissariado de Auditoria, no período de 3 anos e meio, desde 2010 até 2013, foram realizados 1514 desses projectos, com um gasto total de 1,4 mil milhões de patacas. Se esses projectos de estudo foram realizados com recursos públicos, devem também ser utilizados para o público. Assim, além da sua utilização para a definição científica de políticas, os resultados desses estudos devem também ser divulgados tendo

como pressuposto a não violação da segurança e da privacidade. Deste modo, pode-se testar a qualidade dos respectivos relatórios e, também, permitir aos interessados aprenderem com os estudos realizados.

Actualmente, há serviços que estão a proceder bastante bem, por exemplo, o Instituto de Acção Social (IAS) abriu na internet uma página especializada para relatórios e estudos, onde podem ser encontrados 36 relatórios de estudo e 31 relatórios de trabalho sobre diversos assuntos, como a toxicodependência. Este serviço consegue corresponder de facto ao princípio da transparência. Por outro lado, há outros serviços com gastos elevados em estudos ao longo dos anos e os respectivos relatórios não foram divulgados. Por exemplo, ainda não foram divulgados os resultados dos estudos sobre a concepção geral das Portas do Cerco e sobre a zona A dos novos aterros. As sugestões sobre o desenvolvimento da economia nas zonas fronteiriças e da utilização do espaço subterrâneo das Portas do Cerco também não foram acolhidas. Então, porque se realizam esses estudos e quais os seus objectivos e efeitos? Quando o Governo realiza algum projecto de estudo deve ser claro, e os resultados, para além de transparentes, devem ser divulgados à sociedade.

Considerando os problemas verificados, apresento as duas sugestões seguintes:

Primeiro, os governantes devem participar mais em programas de informação sobre a acção governativa, aumentando a interacção com a sociedade. Neste momento, a TDM e a TV Lótus têm programas em que os governantes podem participar e interagir com a população. Aí, podem ouvir as opiniões da sociedade, responder às questões da população, e até dar apoio na resolução de algumas questões colocadas durante o programa. Uma mais alargada participação dos responsáveis do Governo nesses programas pode contribuir para uma maior transparência e para o diálogo com a população.

Segundo, é necessário clarificar quanto antes o conceito de sigilo. Como afirmou recentemente o Primeiro-Ministro Li Keqiang: “Devemos reforçar a divulgação de informações, nomeadamente sobre assuntos de interesse público e sobre a situação das receitas e despesas do orçamento, para que a sociedade possa ter um conhecimento claro da realidade, como quando se faz o *scan* do código QR”. Assim, os mecanismos de divulgação da acção governativa devem ser revistos, através da publicação dos documentos de estudo e de determinadas actas das reuniões de trabalho do Governo, a fim de a população poder conhecer os pormenores da definição de políticas, e para aproveitar essas informações para novos estudos na sociedade civil.

## IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 21.03.16

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente,  
Caros colegas:

Incentivados pelo Governo e pelas associações civis, são cada vez mais os jovens que optam pela criação de negócios, e a maior dificuldade com que se deparam são as rendas elevadas. No sentido de atenuar os encargos com as rendas, o Governo criou, em Junho do ano passado, o Centro de Incubação de Negócios para os Jovens, proporcionando, gratuitamente, um espaço para os jovens empreendedores poderem trabalhar. Já se encontram instaladas naquele Centro 24 empresas, e tratando-se da única instalação destinada a incentivar o empreendedorismo juvenil, os seus efeitos deverão ser relevantes. O Centro foi criado há cerca de um ano, mas há ainda muitos aspectos a melhorar, e no sentido da sua optimização e desenvolvimento, apresento as 3 sugestões seguintes:

Primeiro - já no ano passado solicitei, via IAOD, o rápido alargamento do horário de funcionamento do referido Centro, mas este continua a seguir o horário dos serviços públicos. Segundo informações recentes dos serviços competentes, há planos para avançar com o alargamento do horário a partir do terceiro trimestre, mas será que esse alargamento só vai aplicar-se aos dias úteis? Sugiro ao Governo que estude o assunto e veja o que se passa nas regiões vizinhas mais avançadas, ou seja, que pense na possibilidade de o Centro funcionar a tempo inteiro.

Segundo – o modelo de funcionamento do Centro deve ter características mais jovens e comunitárias. Actualmente, é proibido comer e beber no Centro, o seu *layout* é idêntico ao dos serviços públicos, e respira-se burocracia, devido à forma de gestão adoptada. Este Centro é muito diferente dos da China e do estrangeiro, onde o ambiente é mais agradável e jovem. Sugiro então ao Governo que tome como referência a gestão dos centros do estrangeiro, por exemplo, dos centros de incubação de negócios mais famosos da China e do estrangeiro, onde existem espaços de lazer e cafés para os seus utilizadores. Como só se disponibiliza um andar para partilha entre o Centro de Incubação de Negócios, o *Macao Ideas* e o Centro de Promoção Comercial de Macau - o que reflecte falta de planeamento completo, de longo prazo e correspondente às necessidades das *Startups* e que limita o número de empresas que ali se podem instalar – só é possível albergar, ao mesmo tempo, um máximo de 30 *Startups*. Sugiro, por isso, ao Governo, que pondere escolher outro sítio, no sentido de proceder a nova concepção e replaneamento do espaço físico destinado ao Centro.

Terceiro - este Centro só disponibiliza escritórios, salas de conferências, serviços de impressão e serviços básicos de consultadoria jurídica e comercial,



não conseguindo satisfazer as necessidades das empresas recém-criadas que lá se instalaram. Sugiro ao Governo que estabeleça relações de colaboração regular com as empresas locais, empresários de sucesso, associações gerais e sectoriais, e fundos de capital de risco do exterior, para que todas as semanas se realizem actividades e cursos de formação sobre a criação de negócios e investimentos, no sentido de transformar o Centro num local de encontro para os jovens locais, onde possam frequentar cursos de formação, trabalhar, e realizar as mais diversas actividades, incluindo intercâmbios.

Este Centro é um espaço físico muito importante para os jovens empresários poderem criar os seus negócios, portanto, o Governo tem de reforçar o seu investimento naquele Centro, no sentido de aperfeiçoar o respectivo design e serviços e de criar uma plataforma e um ambiente favoráveis à criação de negócios por parte dos jovens empresários locais, elevando assim as suas possibilidades de sobrevivência.

Obrigado.

## **IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 21.03.2016**

Com as críticas do público em relação aos problemas do planeamento urbanístico, dos terrenos e da habitação, por haver conluio entre governantes e empresários, e tráfico de influências, o Chefe do Executivo finalmente apresentou, nos últimos anos, propostas de lei relacionadas com as terras, o planeamento urbanístico e a habitação, e houve a criação sucessiva de leis. Mas surgiram situações em que pessoas influentes planearam obter proveito antes da entrada em vigor das novas leis. Recentemente, o foco de atenção da sociedade foi o caso do “Pearl Horizon”, em que se aproveitou o período anterior à entrada em vigor da lei sobre os edifícios em construção para vender fracções deste edifício que, afinal, não podia ser construído dentro do prazo; e o caso em que há o receio da destruição das colinas do Alto de Coloane, com a autorização da planta de alinhamento do terreno pela DSSOPT, antes da entrada em vigor da Lei do Planeamento Urbanístico, permitindo a construção de edifícios com uma altura até 100 metros, sendo 8 o valor máximo permitido do índice líquido de utilização do solo. Está fora do domínio do Governo a questão de as pessoas influentes amarem, ou não, a Pátria e Macau, mas o Chefe do Executivo tem a responsabilidade de instruir o Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU) para este exercer o seu papel, com vista a salvaguardar o interesse público.

O Chefe do Executivo declarou que esperava que os serviços públicos aumentassem o grau de transparência das informações, permitindo a participação do público, assim, há que accionar este mecanismo. O Chefe do Executivo não está a exercer o seu poder legal, o que não corresponde ao que afirmou.

Exorto novamente o Chefe do Executivo a submeter ao CPU o eventual projecto de construção de edifícios de 100 metros de altura, que pode destruir a colina do Alto de Coloane e o ambiente ecológico, para se proceder a um estudo aprofundado, nos termos da alínea 4) do número 1 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 3/2014 (CPU). Nos termos deste Regulamento Administrativo, o Chefe do Executivo goza de competência específica para pedir ao CPU um estudo, o que é sua responsabilidade indeclinável, e esta competência não pode ser passada ao Secretário!

Basta o Chefe do Executivo submeter, nos termos da lei, o referido assunto ao CPU para estudo e discussão, e o mesmo poderá ser discutido publicamente na reunião convocada segundo o n.º 6 do artigo 8.º do referido Regulamento Administrativo. Solicito ao CPU para, atempadamente, dar atenção à questão do planeamento da salvaguarda do ambiente ecológico das colinas de Coloane no desenvolvimento urbano e, segundo a alínea 1) do número 1 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 3/2014 (CPU), pronunciar-se sobre o assunto no domínio do planeamento urbanístico, incluindo a realização de estudos e a adopção de medidas para evitar a danificação das colinas e do ambiente ecológico de Coloane.

## IAOD do Deputado Au Kam San em 21.03.2016

### Há riscos quando os investimentos dependem de terceiros

O Governo da RAEM revelou que ia recorrer à reserva financeira e depender da colaboração com o Banco de Desenvolvimento da China para participar nos investimentos e construções decorrentes da estratégia “uma faixa, uma rota”, decisão que suscitou dúvidas da sociedade. Esta estratégia do Governo Central foi proposta para benefício da construção de uma plataforma de desenvolvimento por via das relações multilaterais, é no seu entender uma estratégia de investimento, e a sua implementação contribuirá para resolver, em certa medida, o excesso de capacidade produtiva da China, e o mais importante é que a China pode gastar muito para reforçar o seu impacto político nessas regiões, assim sendo, é maior o impacto geográfico do que os efeitos económicos desta política. Contudo, muitas das regiões em causa são atrasadas e pobres, estão em desenvolvimento ou até nem são desenvolvidas, por isso, o perigo de investir nelas é grande. Macau participa nestes investimentos ou vai até fazê-los através de terceiros, o que pode ser perigoso, é o mesmo que “um cego a cavalgar num cavalo cego”. Já apresentei uma interpelação escrita sobre isto, na qual refiro três pontos:

1. Na opinião do Governo, é “seguro e eficaz” depender de terceiros para um investimento de tão alto risco. Porquê? Porque o Governo Central deu garantias de que não registar-se prejuízos, ou existe alguma razão que o público desconhece?
2. Considerando a baixa rentabilidade das aplicações e o elevado número de gestores de fundos contratados para esse investimento, o Governo anunciou, no início deste ano, que ia recorrer ao Banco de Desenvolvimento da China e à província de Cantão para investir os saldos das finanças públicas de Macau. Nessa altura não foi revelado o montante do investimento mas entretanto o Governo afirmou tratar-se de apenas dez a vinte mil milhões de patacas, na primeira fase. Mas depois quanto será? Existe algum limite máximo? Foi fixada alguma *cut loss line* para evitar eventuais perdas de capital, isto é, que se perca o saldo das finanças públicas de Macau?
3. Nas LAG para o próximo ano, para além do Banco de Desenvolvimento da China e da província de Cantão, surge a província de Fujian para apoiar Macau no investimento dos seus saldos das finanças públicas. Qual é o nível de participação e o poder decisório de Macau nessas aplicações financeiras? Como é que se pode assegurar que o investimento é seguro e eficaz? Quem é que vai assumir a responsabilidade em caso de perdas?

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, a Autoridade Monetária de Macau respondeu à minha interpelação, afirmando, essencialmente, que o Governo vai recorrer às reservas financeiras e investi-las, que o montante

máximo varia entre 10 mil milhões e 25 mil milhões patacas, e que vai depender da colaboração com o Banco de Desenvolvimento da China e com as províncias de Guangdong e de Fujian.

Não se refere de que forma se vai assegurar a rentabilidade e a segurança desses investimentos, pode ler-se na resposta que existem factores de incerteza no mercado internacional, o crescimento económico das economias maduras e emergentes estão aquém das expectativas, representando uma pressão para o rendimento global de todos os investidores a nível internacional (incluindo para as reservas financeiras de Macau). “Assim sendo, os nossos Serviços esperam poder agarrar as oportunidades de colaboração (com o Banco de Desenvolvimento da China) para tentar procurar alguns projectos de investimento de rentabilidade estável, contribuindo, por um lado, para promover a diversificação do investimento das reservas financeiras e atingir melhores retornos a médio e longo prazo, e por outro lado, para nos coadunarmos com as medidas de cooperação regional definidas pelo Governo, no sentido de promover a diversificação adequada da economia.”

No entanto, nada se refere quanto aos projectos alvo de investimento no âmbito dessa colaboração - com o Banco de Desenvolvimento da China e com Guangdong e Fujian. Quanto o Governo Central, quer reforçar os investimentos para a implementação da estratégia “uma faixa, uma rota”, porto, inevitavelmente, o Banco de Desenvolvimento da China, enquanto instituição financeira responsável por cumprir essa missão nacional, tem de seguir esse rumo. Se o investimento da reserva financeira de Macau for feito pelo BDC não será, com certeza, um “projecto de investimento com rentabilidade estável”. Mesmo que existam mecanismos de garantia do capital e retornos, e de saída, só será possível que impeçam eventuais perdas.

Felizmente, a Autoridade Monetária de Macau frisou que “através do mecanismo de colaboração, será definido que o Chefe do Executivo tem direito de veto sobre os projectos alvo de investimento, e que pode exercê-lo quando necessário, no sentido de garantir que todos os investimentos sejam realizados em conformidade com os princípios de segurança, eficácia, normalidade e credibilidade.” Isto significa que o Governo da RAEM tem o direito de falar sobre os projectos de investimento. Espero que os dirigentes de Macau decidam bem e utilizem melhor o seu direito de veto, para que todos os investimentos possam ser realizados em conformidade com os referidos princípios e se possa assim garantir a segurança do erário público de Macau.

## IAOD do Chan Iek Lap em 21.3.2016

### **Aperfeiçoamento do mecanismo de coordenação nos postos fronteiriços e aumento da eficiência na respectiva passagem**

Senhor Presidente,  
Caros colegas:  
Boa tarde!

No dia 30 de Janeiro deste ano, as passagens no posto fronteiriço de Gongbei bateram um novo recorde ao atingirem 410 mil pessoas, um aumento de 20 mil em relação ao pico diário de 390 mil pessoas, registado no ano passado. Ao mesmo tempo, de acordo com estimativas de alguns órgãos de comunicação social do Interior da China, durante o período do Ano Novo Chinês, a média diária oscila entre 300 e 330 mil naquele posto fronteiriço, que enfrenta maior pressão comparativamente ao de Hengqin, onde se registou uma média de cerca de 25 mil. A eficiência na passagem transfronteiriça pode influenciar significativamente a vontade de visitar Macau, pois se um turista tiver de esperar 1 hora ou mais para atravessar a fronteira, é fácil imaginar qual será a sua disposição.

Um indicador importante para a qualidade do nosso turismo é a eficiência nas passagens fronteiriças, cujo aumento exige alguma coordenação com Zhuhai, com vista a dispersar o fluxo de pessoas pelos vários postos fronteiriços, evitando assim que os turistas se concentrem num mesmo posto e alcançando o objectivo de dispersão dos turistas logo à chegada. Porém, segundo a situação nos postos fronteiriços de Zhuhai, os turistas que vêm a Macau continuam a concentrar-se no posto de Gongbei, e acredita-se que não será possível melhorar esta situação num curto prazo.

O encerramento do posto da Ilha da Lapa e a morosidade da construção da nova passagem Guangdong-Macau resultaram num aumento da pressão no posto fronteiriço de Gongbei. Segundo a imprensa, o posto da Ilha da Lapa foi classificado como edifício em ruínas e foi encerrado, uma necessidade que teve em conta a salvaguarda da vida humana. Mas nada se sabe quanto à construção da nova passagem fronteiriça Guangdong-Macau, nem sequer quando é que vai ter início. A sociedade pouco sabe sobre o assunto.

Pelo exposto, os serviços competentes devem, através do mecanismo de cooperação entre Guangdong e Macau, reforçar o diálogo com os serviços competentes de Zhuhai, com vista à coordenação da passagem transfronteiriça e à sua eficiência. Assim, há que reforçar a cooperação entre ambos os lados, no

âmbito da coordenação da dispersão das pessoas pelos diversos postos fronteiriços (por exemplo, otimizar o trânsito no posto Hengqin, para incentivar mais turistas a usá-lo), e também no acelerar da reabertura do posto da Lapa e da construção da nova passagem entre Guangdong e Macau, para evitar que os turistas se concentrem no posto de Gongbei, uma vez que esta concentração só diminui a eficiência nas passagens, afecta a imagem turística de Macau, e os turistas perdem a vontade de nos visitar.